



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Dos Sr. Rubens Bueno)

Requer a criação de Comissão Externa, com ônus para esta Casa, para acompanhar a situação das 12 pessoas que estão confinadas na sede do Aerus, no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 38 e 117, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Externa com o objetivo de acompanhar situação das 12 pessoas, que estão confinadas na sede do Aerus – Fundo de Pensão dos aposentados e pensionistas da Varig e Transbrasil, no Rio de Janeiro, em mobilização para sensibilizar tanto o poder Executivo quanto o Judiciário, para que seja solucionada em definitivo sua situação, envolta na Ação Civil Pública nº 2002.34.00.010.319-2, e em Ação de Defasagem Tarifária nº 2001.01.00.044801-0.

JUSTIFICATIVA

Os aposentados e pensionistas da antiga Varig e Transbrasil vivem uma tragédia, que deveria importar a todos nós brasileiros. Com uma média superior a 72 anos de idade, esses senhores e senhoras estão recebendo, hoje, apenas 8% do valor a que têm direito em suas pensões e aposentadorias. Por ser um valor muito baixo, elas estão passando por severas e injustificáveis dificuldades.

Mais do que isso, a responsabilidade vem de diversos Governos que, se cumprissem bem seu papel, deveriam ter fiscalizado o Instituto Aerus, assim

B2FA350F00

B2FA350F00



como o Fundo de Pensão da VASP, e não o fizeram. Pelo contrário, durante anos o órgão fiscalizador permitiu contratos lesivos ao Aerus, que resultaram na sua interdição, levando à diminuição gradativa dos seus recursos e a quase impossibilidade de cumprir com o pagamento dos benefícios.

Somente os participantes do AERUS cumpriram com sua parte no contrato. E eles esperam, há mais de 7 anos, por uma solução para o problema que signifique o pagamento de suas aposentadorias e pensões na integralidade. Isso é muito tempo para pessoas com idade tão avançada, que precisam urgentemente garantir o seu sustento, comprar medicamentos, reaver a sua assistência médica, tocar com o mínimo de dignidade a vida que lhes resta.

Estamos falando de mais de 9 mil aposentados beneficiários e mais outras 10 mil pensionistas, suas famílias, restando um prejuízo para cerca de quase 20 mil pessoas, se contarmos com os participantes do AERUS demitidos da VARIG, ou seja, os trabalhadores que estavam na ativa e que nada receberam até hoje. Por conta da ineficiência governamental, outros milhares de beneficiários foram prejudicados na VASP, Transbrasil, RioSul e Nordeste.

Há cerca de 13 anos, os sindicatos perceberam o rombo no AERUS/AEROS, denunciaram o caso às autoridades e vêm buscando uma solução que proteja os trabalhadores. E isso poderia já ter sido alcançado, se o governo acatasse decisão da 14ª Vara Federal na Ação Civil Pública nº 2004.34.01.0319-2, bem como com relação à Ação de Defasagem Tarifária nº2001.01.00.044801-0. Esta última, a União já perdeu em todas as instâncias, mas o governo segue recorrendo por meio de infundáveis protelações judiciais .

Houvesse respeito por parte do governo e mais autonomia do judiciário, por certo esta injustificável demora já teria tido um fim. E a saída para o problema passa agora, mais que nunca, por reconhecimento e negociação em torno do cumprimento das citadas ações, entre o governo e o poder judiciário.

Cabe, por outro lado, ao Congresso Nacional, um papel mediador e, sobretudo, humanitário, para o qual chamamos a atenção de cada um dos nossos pares, no sentido de proporcionar um pacto entre os poderes para se por fim a

B2FA350F00

B2FA350F00



esta degradante realidade a que chegaram os aposentados e pensionistas do Aerus, que numa atitude de desespero e revolta ocuparam a sede do Fundo de Pensão no Rio de Janeiro, estando, inclusive, um dos manifestantes fazendo greve de fome, em busca de solução.

Primeiro, a ação civil pública dos sindicatos contra a União. Essa ação responsabiliza a União pela falta de fiscalização do AERUS e obriga o pagamento integral das pensões e aposentadorias. Os sindicatos já conquistaram o ganho de causa em primeira instância, mas a antecipação de tutela concedida não foi cumprida pela União, e um recurso conseguiu adiar esse pagamento.

Segundo, a ação de defasagem tarifária da VARIG contra a União. A indenização, que seria paga à VARIG, está direcionada para o Fundo de Trabalhadores. É a única forma de pagar tanto o passivo trabalhista da empresa quanto recuperar o AERUS, garantindo, inclusive, a recuperação do depósito dos trabalhadores da ativa.

Em 8 de maio passado o Recurso da União contra Ação de Defasagem Tarifária foi colocado em pauta no Supremo Tribunal Federal, e após o voto favorável aos aposentados do Aerus da Ministra Cármen Lúcia, o ministro e presidente do Supremo Joaquim Barbosa, pediu vistas ao processo e até o momento não deu continuidade ao julgamento.

A situação dos aposentados e pensionistas não é apenas crítica, mas apresenta risco iminente para a vida daqueles que em ação última de aflição e desencanto decidiram-se por acampar na sede do Aerus, no Rio de Janeiro, na tentativa de, com isso, serem ouvidos, pois já não lhes resta muito a fazer, quando muitos já faleceram no decorrer desses anos e os que resistem o fazem no limite da sobrevivência, precisando de remédios caros, da manutenção dos planos de saúde e, principalmente de uma alimentação decente.

A luta dos aposentados do AERUS desnuda uma tragédia que a cegueira de governos e outras autoridades públicas brasileiras teimam em ignorar, e é também um alerta a todos os brasileiros que têm planos de previdência privada.

B2FA350F00

B2FA350F00



Câmara dos Deputados

Todos têm que estar atentos para que haja por parte dos órgãos do governo fiscalização e gestão eficientes dos recursos aplicados nesses fundos.

Diante da insustentabilidade dessa dolorosa realidade, solicitamos o apoio e a solidariedade dos nobres parlamentares na aprovação deste requerimento, para que possamos acompanhar e, quem sabe, contribuir para se por fim ao martírio por que passam os aposentados e pensionistas do Fundo Aerus.

Sala das Reuniões, em de julho de 2013.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR

B2FA350F00

B2FA350F00